

Princípios Norteadores do Currículo do Município de Francisco Morato

Francisco Morato

2019

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO

Renata Torres de Sene

Prefeita

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lélia Hartmann Torres

Secretária

EQUIPE TÉCNICA

Alexandra Aparecida Ruani da Silva

Daniela Aparecida da Silva

Patrícia de Barros Teixeira

Rosemeire Rodrigues de Oliveira

SUPERVISÃO DE ENSINO

Ana Neri de Oliveira Lins Pinto

Angela Aparecida dos Santos Batista

César Augusto Pimentel de Souza

Fabiana Renata D'Oliveira Rodrigues

Marlene Nascimento Souza de Oliveira

Raimundo Matos Barreto

Renata Andreia Barbosa da Cunha

Silvia Helena Correa da Silva

Vanuza Pereira Marques

OFICINA PEDAGÓGICA

Ana Paula de Assis Oliveira

Cristiane da Silva Duarte

Fernanda Poliana Coelho

Leandro Henrique de Souza

Maria Aparecida Bisetto

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Ana Paula Aleixo Cabral

Ana Paula Mendes Pereira

Elisabete Auto da Cruz

Elizangela de Jesus Oliveira

Katia da Silva

Luciana Oletto Hurtado

Lucicleide Ferreira Goncalves

Marcia Alessandra de O. Almeida

Maria Sonia Figueiredo Porto

Renata Patrícia Alves Silva

O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, as visões que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo.

(Michael W. Apple)

Carta da Prefeita e da Secretária Municipal de Educação

Professores, Gestores Escolares e Técnicos da SME

Movidos pela vontade de oferecer cada vez mais uma educação de qualidade e equidade aos estudantes das escolas de nosso município, muitas ações estão sendo implementadas. Com o intuito de assegurar os direitos de aprendizagem aos alunos de toda rede de ensino, é com grande satisfação que apresentamos os “Princípios Norteadores do Currículo do Município de Francisco Morato”.

Esse documento é o resultado de uma construção colaborativa onde professores, gestores escolares, supervisores de ensino, assistentes técnicos pedagógicos e orientadores educacionais, puderam expressar suas concepções de ensino e aprendizagem, seus anseios e desafios enfrentados no seu cotidiano e, sobretudo, puderam projetar a educação imaginada e desejada aos alunos moratenses.

Os Princípios Norteadores do Currículo têm um caráter didático-metodológico, assim, compõem com o Currículo Paulista (adesão realizada em setembro de 2019) um profícuo entrelaçamento entre teoria e prática.

Esperamos que os Princípios Norteadores do Currículo sirvam de instrumento pedagógico capaz de orientar, organizar e subsidiar o trabalho dos professores em sala de aula, auxiliar, portanto, na execução da proposta pedagógica da escola, e sobretudo, contribuir para a formação integral de nossos alunos.

Agradecemos a todos por compartilhar conosco esse projeto.

“Eu sou parte de uma equipe. Então, quando venço, não sou eu apenas quem vence. De certa forma termino o trabalho de um grupo enorme de pessoas!”

Airton Senna

Renata Torres de Sene

Prefeita

Lélia Hartmann Torres

Secretária

Agradecimentos Especiais

Aos nobres *professores* que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, pela dedicação diária aos alunos de nossa rede municipal de ensino e pela parceria na construção do Currículo de Francisco Morato. Cada contribuição foi preciosa e sem elas esse trabalho não seria possível.

A todos os *gestores escolares* municipais, os quais participaram e conduziram as discussões junto a sua equipe docente. Queremos registrar esse marco histórico na educação de nosso município e homenageá-los citando-os a seguir:

Equipe de Diretores de Escola:

Adriana Pereira Leite Beltrame
Adriana Pita Canossa
Advanir Aparecida F. da Paixao Bonifacio
Alci Cardoso Trindade Moretto
Alexandre dos Santos Porfirio
Andrea de Almeida Melin
Andreia dos Santos
Christiane Barbosa de Jesus Silva
Claudemir Valério de Oliveira
Claudia Gomes Alves de Jesus
Claudia Patricia Almeida de Carvalho
Elaine Ferreira Santos de Almeida
Eliana Maria de Oliveira
Elizangela Cunha Candido
Fernanda Cazol Pastro Galletti
Gicelia Aparecida de Lima Pena de Miranda
Isis Nogueira de Oliveira Soares
Josefa Adriana Duarte Penha Lima
Jussara Lins E Silva
Lelia Cristiane de Souza Lopes
Magali Sandra Silveira
Marcelo Edvaldo dos Santos

Marcia de Souza
Margarete Della Torre M. dos Anjos
Maria Alice da Cruz Viana
Maria Angélica Franco Guedes Silva
Maria Aparecida Silva Troca
Marilda Vasco de Almeida Silva
Ondina de Oliveira Araújo
Quenili Suelen Luca Lima
Rosana Alves de Araújo Nogueira
Rosangela de Oliveira Ribeiro
Simone de Melo Dutra Pinto
Simone Lopez Gomes
Solange Goncalves de Oliveira
Sueli Franca Barreto
Sueli Santana Correia
Therezinha De Jesus Rodrigues
Valeria Lima da Silva
Vanessa Guido Leite
Viviane Aparecida Silva dos Anjos
Wanissa Brumate da Rocha

Equipe de Vice-Diretores de Escola

Adriana Luzia Rodrigues de Souza
Aline Camargo Soares
Ana Claudia Oliveira de Freitas
Andreia de Fatima Luciano Silva
Andreia Soares de Paula
Antonia Nilza Bezerra Fernandes
Carla Mary Chaves Pauferro
Cintia Noberto dos Santos
Claudia Silva Deorce Baptista
Criscelia Cruz de Miranda
Dalelquidanda Alves Chiarele Tosin
Elizabeth Paulina da Silva
Erivan Sobral Alves Amaral
Fabiana Cristina Passos Degaspari
Gabriela Correia Lima

Ilça Fernandes Rocha
Izabel Vitor Devecchi
Katia Donisete Lins Moreira Costa
Katia Viviani Paiva
Luana Oliveira Rodrigues
Lucilene Aparecida de Lima Gomes
Lucimara da Silva Peruzzi
Marcia Rodrigues de Almeida
Marcio Mauricio da Silva
Maria Cristiana Souza N. dos Santos
Maria Luiza Barichello dos Santos
Mauriceia Custodio da Silva
Mercia Greice Silva Torres
Mislene Ferreira Rocha
Noemi de Souza Ribeiro
Patricia Moises Matheus Cardoso
Rosana Alencar Gardel Silva
Rosilene Nascimento dos Santos
Sandra Regina Araújo Goncalves
Semildre Cristina Decanini
Vanessa de Oliveira
Vania Regina Rodrigues Bertachini

Equipe de Coordenadores Pedagógicos

Andrea Aparecida Diniz Aguena
Beatriz Profeta Dias dos Santos
Bernadete Jak de Moraes
Camila Custodio Bertolini
Camila da Silva Rocha dos Santos
Celia dos Santos Jezuino
Claudia Cristina Aguiar e Silva
Creusa Pereira dos Santos
Cristiane Aparecida dos S. Pimentel
Daniela Nascimento dos Santos
Debora de Souza Ribeiro Silva
Edna Cristina da Silva Souza
Elaine Hollanda Andrade de Oliveira

Erika Cristina dos Santos
Gabriel Azevedo Silva
Gisele de Moraes Goncalves
Gislaine de Oliveira N. de Souza
Iolanda Odilon dos Santos
Izabel Aparecida Balente
Janaina Correia Lima
Janaina Pereira de Andrade
Jusamara Pereira de Souza Silva
Marcia Rosangela de Araújo Martins
Maria do Socorro da Silva
Marilene Caires Sousa
Maristela Ribeiro da Silva de Paula
Marly Gomes Lima de Barros
Marta Maria Martins Cardoso
Nadilene de Souza Ferreira
Rosemeire Maciel dos Santos Dias
Sandra Cristina Hein B. Pereira
Sandra Regina da Silva Dias
Tatiane Bezerra da Silva Simplício
Vinicius Nunes da Silva

SUMÁRIO

1. Caracterização da Rede Municipal de Ensino.....	9
2. As competências Gerais da BNCC e a Educação Integral.....	13
3. Um Currículo em Regime de Colaboração.....	16
4. Alinhamento entre o Currículo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	17
5. Princípios Norteadores do Currículo do Município de Francisco Morato.....	21
5.1 Ludicidade	22
5.2 Interação.....	28
5.3 Experimentação.....	32
5.4 Diversidade, Diferença e Inclusão.....	36
5.5 Leitura e Escrita.....	42
5.6 Espaço, Tempo e Movimento.....	47
5.7 Comunicação.....	51
5.8 Tecnologia.....	56
5.9 Autonomia e Protagonismo.....	61

1. CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

1.1 Etapas e Modalidades de Ensino

1.1.1 Etapa da Educação Infantil:

- a. Creche:
 - i. Berçário I
 - ii. Berçário II
 - iii. Maternal I
 - iv. Maternal II
- b. Pré I
- c. Pré II

1.1.2 Etapa do Ensino Fundamental:

- a. 1º ao 5º ano

1.1.3 Modalidades de Ensino:

- a. Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- b. Anos Iniciais – 1º ao 5º ano
- c. Anos Finais – 6º ao 9º ano

1.2 Educação Especial.

- a. Da Educação Infantil à Educação de Jovens e Adultos anos finais do Ensino Fundamental.

1.2 Matrículas

1.2.1 Matrículas da Educação Infantil

Creche	3.752
Pré I	2.441
Pré II	2.666
Total	8.859

Secretaria Escolar Digital – outubro de 2019

1.2.2 Matrículas no Ensino Fundamental

Ensino Fundamental	1º ao 5º ano	13.350
Educação de Jovens e Adultos - EJA	Anos Iniciais	240
	Anos Finais	484
Total		14.074

Secretaria Escolar Digital – outubro de 2019

1.2.4 Matrículas na Educação Especial

Alunos com deficiência na Educação Infantil	111
Alunos com deficiência no Ensino Fundamental	229
Alunos atendidos no AEE	251

Secretaria Escolar Digital – outubro de 2019

1.3 Quadro de Professores da Rede Municipal de Ensino

	Efetivos	Contratados
Professor Titular de Educação Básica - PTEB	547	26
Professor Adjunto de Educação Básica – PAEB	71	88
Professor Auxiliar de Desenvolvimento Infantil – PADI	129	20
Professor de Educação Física	6	17
Professor de Arte	10	13
Total	¹763	²164
Total Geral	927	

Departamento de Recursos Humanos – SME - 2019

1.3.1 Quadro de docentes das Classes de Suporte Pedagógico

Funções	Quantidade
Supervisor de Ensino	9
Assistente Técnico Pedagógico	5
Diretor de Escola	42
Vice-Diretor de Escola	37
Coordenador Pedagógico	33
Orientador Educacional	10
Total	³136

Departamento de Recursos Humanos – SME - 2019

¹ Efetivos em exercício até a presente data.

² Contratados em exercício até a presente data.

³ Funções do Suporte Pedagógico em exercício até a presente data.

1.4 Unidades Escolares Municipais

1.4.1 Educação Infantil

1. E.M. Alfredo Volpi
2. E.M. Almeida Junior
3. E.M. Anita Malfatti
4. E.M. Antônio Federzoni
5. E.M. Antônio Muniz
6. E.M. Antônio Pacheco do Nascimento
7. E.M. Cândido Portinari
8. E.M. Castro Alves
9. E.M. Clarice Lispector
10. E.M. Edite Pereira de Arruda
11. E.M. Fernando Pessoa
12. E.M. Graciliano Ramos
13. E.M. João Guimarães Rosa
14. E.M. Leonardo da Vinci
15. E.M. Lima Barreto
16. E.M. Monteiro Lobato
17. E.M. Olavo Bilac
18. E.M. Prof^ª. Eliane M. de Paula Oliveira
19. E.M. Prof^ª. Sonia Regina F. de Oliveira
20. E.M. Rachel De Queiroz
21. E.M. Ruth Rocha
22. E.M. Tarsila Do Amaral
23. E.M. Tatiana Belinky
24. E.M. Vereador Amado Pinto
25. E.M. Vereador Heitor Hartmann
26. E.M. Vinícius De Moraes
27. E.M. Zélia Gattai

1.4.2 Ensino Fundamental

1. E.M. Anísio Spínola Teixeira
2. E.M. Brigadeiro Roberto Brandini
3. E.M. Carlos Drummond de Andrade
4. E.M. Doutor Francisco Morato
5. E.M. Doutor Ulisses Silveira Guimarães
6. E.M. Fanny Goldberg
7. E.M. Giuliano Cecchettini
8. E.M. Isabel Lupianhes Romera Ryan
9. E.M. Machado de Assis
10. E.M. Paulo Freire
11. E.M. Pe. Luís Sérgio Pacheco Do Nascimento
12. E.M. Prefeito José Bezerra Sanches
13. E.M. Prof. Egon Schaden
14. E.M. Prof^a. Hosue Morita Aoki
15. E.M. Prof^a. Lairce dos Santos Lupianha
16. E.M. Prof^a. Vanda Terezinha Nalin

1.4.3 Educação Infantil e Ensino Fundamental

1. E.M. Cora Coralina
2. E.M. Elba Nóbrega Sobral
3. E.M. Érico Veríssimo
4. E.M. Prof^a. Sandra Regina Coelho Rodrigues
5. E.M. Prof^a. Tânia Fernandes
6. E.M. Radialista Jaime Gonçalves

1.4.4 Educação de Jovens e Adultos

1. E.M. Doutor Francisco Morato
2. E.M. Isabel Lupianhes Romera Ryan
3. E.M. Paulo Freire
4. E.M. Prof^a. Hely Mara da Silva

2 AS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC E A EDUCAÇÃO INTEGRAL

A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere a Educação Infantil e Ensino Fundamental ao final no ano de 2017, e o advento das 10 Competências Gerais priorizadas neste documento, os currículos em todo território nacional passam a se comprometer de forma mais explícita com o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores essenciais para a vida no século 21. A BNCC acredita que as 10 Competências Gerais da BNCC são as aprendizagens essenciais que devem assegurar aos estudantes o desenvolvimento no decorrer da educação básica e que “consustanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento”. Ao corroborar com a crença de que os alunos devem adquirir aprendizagens essenciais que os capacitem à vida em sociedade, o currículo do município de Francisco Morato adota as competências gerais da BNCC como *unidades integradoras* ao trabalho com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. São elas:

1. Conhecimento — Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo — Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar

hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Repertório Cultural — Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e, também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Comunicação — Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Cultura Digital — Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Trabalho e Projeto de Vida — Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentação — Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Autoconhecimento e Autocuidado — Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Empatia e Cooperação — Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Responsabilidade e Cidadania — Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Considerando o exercício de apropriação das 10 competências gerais da BNCC à prática pedagógica, podemos dizer que o currículo do município de Francisco Morato se compromete com o desenvolvimento dos alunos em sua globalidade, ou seja, assume a concepção de *Educação Integral*. Compreendemos que os direitos de aprendizagem dos estudantes devem satisfazer as dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Neste sentido, apresentamos a seguir algumas razões pelas quais a rede Municipal de Ensino de Francisco Morato acredita que o Currículo deva assumir os pressupostos da Educação Integral, conforme estabelece o Centro de Referências em Educação Integral (CREI)⁴:

- É uma proposta contemporânea porque, alinhada as demandas do século XXI, tem como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmos e com o mundo;
- É inclusiva porque reconhece a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e se sustenta na construção da pertinência do projeto educativo para todos e todas;
- É uma proposta alinhada com a noção de sustentabilidade porque se compromete com processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica;

⁴ O Centro de Referências em Educação Integral promove, desde 2013, a pesquisa, o desenvolvimento metodológico, o aprimoramento e a difusão gratuita de referências, estratégias e instrumentais que contribuam para o fortalecimento da agenda de Educação Integral no Brasil.

- Promove a equidade ao reconhecer o direito de todos e todas de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

3 UM CURRÍCULO EM REGIME DE COLABORAÇÃO

A LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e em seu Art. 8º discorre que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”. Acreditando no regime de colaboração e considerando que os alunos moratenses egressos do Ensino Fundamental migram para o sistema estadual de ensino, optamos em aderir o Currículo Paulista homologado em agosto de 2019.



Para conhecer o Currículo Paulista acesse o link:

http://www.undime-sp.org.br/wp-content/uploads/2019/pdf/curriculo_26_07.pdf

A adesão ao Currículo Paulista pelo município de Francisco Morato é uma tentativa de romper com a fragmentação do trabalho pedagógico que comumente ocorre na transição do Ensino Fundamental dos anos iniciais ao Ensino Fundamental anos finais. Como os alunos residentes em nossa cidade são compartilhados entre os sistemas, partimos da premissa que ter um currículo em comum pode propiciar um trabalho mais coeso e sistemático entre as redes de modo que as mesmas possam compatibilizar as ações, compartilhar os desafios de aprendizagem dos estudantes e estudar os indicadores da qualidade do ensino com vistas à superação conjunta das fragilidades.

Na prática adesão ao Currículo Paulista indica que o sistema municipal de ensino se insere em avaliações de âmbito estadual, que os profissionais da educação municipal poderão participar de formações na Diretoria Regional de Ensino em relação à utilização dos materiais didáticos, e sobretudo, que serão desenvolvidas em sala de aula as habilidades e competências contidas nos organizadores curriculares em cada etapa da educação básica ofertada pelo município.

4 ALINHAMENTO ENTRE O CURRÍCULO E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Os Princípios Norteadores do Currículo do município de Francisco Morato bem como o Currículo Paulista incorporam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pactuados na Agenda 2030 pelos países membros das Nações Unidas, como temas inspiradores a serem trabalhados de forma articulada com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento nos diferentes componentes curriculares, etapas e modalidades de ensino.

Os ODS definiram os 17 temas humanitários que devem servir como prioridade nas políticas públicas internacionais até 2030. A agenda dos ODS formam ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico, infraestrutura, industrialização, entre outros. Abaixo apresentamos os ícones dos ODS, os quais serão relacionados e identificados em cada um dos Princípios Norteadores do Currículo em seção posterior.



Com o desafio de entender como as demandas socioemocionais, científicas e culturais podem ser desenvolvidas a partir de uma proposta inovadora e emancipatória do Currículo chegando até as salas de aula, a equipe responsável pela produção deste documento se motivou a refletir sobre a seguinte indagação: Que educação queremos hoje para formar cidadãos mais conscientes e participativos em nossa cidade na próxima década? O alinhamento do trabalho pedagógico da rede de Francisco Morato aos ODS bem como a adesão do Currículo Paulista tem a intenção de oferecer o direcionamento didático-metodológico necessário para responder a complexa pergunta descrita acima.

Para exemplificar como as metas dos ODS podem ser alinhadas ao currículo municipal a partir de ações simples do cotidiano da escola, apresentamos a seguir algumas sugestões de atividades:



- Campanhas do agasalho;
- Participação em mutirões de melhorias básicas nos arredores da escola como, por exemplo, praças.



- Oficinas de aproveitamento integral dos alimentos;
- Campanhas de conscientização sobre desperdício;
- Construção de hortas nas escolas.



- Gincanas com as crianças;
- Palestras e oficinas sobre prevenção de diversas doenças;
- Campanhas de vacinação (Projeto PSE);
- Práticas coletivas de exercício ao ar livre (Dia do Desafio).



- Arrecadação e doação de material escolar e livros que ainda possam ser utilizados;
- Utilização de metodologias inovadoras;
- Projetos de Contação de histórias e outras atividades educativas

lúdicas.



- Campanhas de conscientização e estímulo à denúncia de violência doméstica;
- Oficinas e palestras sobre saúde da mulher.



- Palestras e oficinas sobre uso consciente da água.



- Campanhas sobre uso consciente de energia;
- Projetos de pesquisa sobre energia limpa.



- Palestras e oficinas sobre educação financeira;
- Aulas sobre conceitos básicos de empreendedorismo;
- Palestras sobre direito do trabalhador (EJA).



- Projetos inovadores que utilizem as mídias digitais relacionando-as ao cotidiano.



- Projetos que possam desenvolver o olhar sensível, a crítica, a reflexão e a participação social e cidadã.



- Mutirões de limpeza e melhoria de praças ou os arredores da escola;
- Construção de horta comunitária;
- Implementação de coleta seletiva.



- Promoção de bazares de troca de roupas e brinquedos;
- Palestras sobre consumo consciente;
- Oficinas de aproveitamento de materiais recicláveis;
- Participação de projetos sobre reciclagem.



- Campanhas e atividades sobre uso consciente de energia;
- Exibição de filmes sobre aquecimento global;
- Teatro para as crianças sobre a importância de cuidar do planeta;
- Gincana sobre reciclagem.



- Passeio com crianças à nascente e/ou ao rio da cidade;
- Campanha para a redução do consumo de plástico.



- Promoção de trilha ecológica;
- Plantação e/ou distribuição de mudas;
- Oficinas de permacultura urbana e jardinagem.



- Campanhas para paz no trânsito;
- Oficinas de comunicação não violenta;
- Projetos sobre Bullying.



- Projetos que incentivem as crianças a envolver-se na construção de políticas públicas mais justas, acompanhando e participando dos espaços de discussão.

5 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURRÍCULO DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO

O Currículo do Município de Francisco Morato assume nove Princípios Norteadores que balizarão transversalmente as ações didáticas em todas as etapas e modalidades de ensino. São eles:

- Ludicidade;
- Interação;
- Experimentação;
- Diversidade, Diferença e Inclusão;
- Leitura e Escrita;
- Espaço, Tempo e Movimento;
- Comunicação;
- Tecnologia;
- Autonomia e Protagonismo.

Acreditamos que a garantia dos princípios anunciados acima poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e socioemocionais dos alunos numa perspectiva de educação integral.

Após um estudo na Secretaria Municipal de Educação (SME) sobre os Princípios Norteadores do currículo com todas as equipes gestoras da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, os professores produziram em HTPC textos que pudessem contribuir com o princípio norteador de sua escola seguindo o roteiro: Definição, Justificativa, Leitura de Contexto e Proposta de Trabalho.

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação fez a análise dos materiais enviados pelos professores e os organizaram em uma produção unificada com a incumbência de representar a realidade de rede municipal de ensino, resgatando informações das unidades escolares, impressões, desafios e potencialidades.

Abaixo estão apresentados os Princípios Norteadores, suas especificidades e os ODS relacionados.

5.1 LUDICIDADE



1. Definição

Pode-se definir Ludicidade como uma forma de desenvolver a criatividade, os conhecimentos, através de jogos, música e dança, brincadeiras trabalhando a interação com o outro. Observa-se que atividades que se utilizam de momentos lúdicos estão presentes no cotidiano da criança, pois é a fase fundamental e mais importante para o desenvolvimento. Ele faz parte da atividade humana e, por conseguinte, atua diretamente na atividade escolar; caracteriza-se por ser espontâneo, ativo e satisfatório. O lúdico acontece a partir do brinquedo, brincadeiras e jogos, pois é o momento que a criança entra no seu mundo da imaginação brincando. Brincando, a criança pode se expressar, conhecer a si e ao outro, resolver conflitos e explorar o ambiente no qual está inserida. Quando a criança brinca, ela amplia seu vocabulário, dá nome aos objetos, faz uso de expressões do dia a dia, conversa com outras crianças e com os brinquedos, estabelecendo relações entre as brincadeiras simbólicas (jogos de faz de conta) e outras formas de linguagem, inclusive, resolvendo situações conflituosas e desafios que surgem nestes momentos, como dividir brinquedos, estabelecer papéis em uma brincadeira, construir um novo brinquedo, entre outros.

A ludicidade é um fazer humano mais amplo, que se relaciona não apenas à presença das brincadeiras ou jogos, mas também a um sentimento, atitude do sujeito envolvido na ação, que se refere a um prazer de celebração em função do envolvimento genuíno com a atividade, a sensação de plenitude que acompanha as coisas significativas e verdadeiras.

2. Justificativa

Vygotsky (1984) defende que a criança necessita de tempo e espaço para identificar e construir sua própria realidade e o faz por meio da prática da fantasia. Para Friedmann (1996) o educador pode conhecer a realidade lúdica dos seus alunos,

seus interesses e necessidades, comportamentos, conflitos e dificuldades. Tendo visto isso como referência, se faz essencial a ludicidade, não só na Educação Infantil, mas em todos os níveis e modalidades de ensino.

A ludicidade tem por si só uma aplicação prática, de uma forma prazerosa e envolvente, de muitos conceitos e ideias que promovem uma reflexão dos conteúdos aplicados. São momentos ricos que validam o aprendizado. Conforme nos diz Kishimoto:

“...a utilização do jogo potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico, mas o trabalho pedagógico requer a oferta de estímulos externos e a influência de parceiros bem como a sistematização de conceitos em outras situações que não jogos. Ao utilizar, de modo metafórico, a forma lúdica (objeto suporte de brincadeira) para estimular a construção do conhecimento, o brinquedo educativo conquistou um espaço definitivo na educação infantil. (KISHIMOTO, 1996, p.37-38)

E sabemos que o brincar é a principal atividade do dia a dia da infância e nesse sentido, Marín e Penón contribuem afirmando que essa ação:

“responde à necessidade de meninos e meninas de olhar, tocar, satisfazer a curiosidade, experimentar, descobrir, expressar, comunicar, sonhar... Brincar é uma necessidade, um impulso primário e gratuito que nos impele desde pequenos a descobrir, conhecer, dominar e amar o mundo e a vida.”(MARÍN E PENÓN, 2003, p.30).

O uso do lúdico na educação prevê principalmente a utilização de metodologias agradáveis e adequadas às crianças que façam com que o aprendizado aconteça dentro do "seu mundo", das coisas que lhes são importantes e naturais de se fazer, que respeitam as características próprias das crianças, seus interesses e esquemas de raciocínio próprio. Eis aqui a iminência que existe em sempre permitir os processos lúdicos nos espaços onde há crianças em desenvolvimento, e, também em processo de contínuo aprendizado.

3. Leitura de contexto

Sobre a ludicidade e o ato de brincar na escola, percebemos que, para a criança, esse momento ocorre naturalmente mesmo sem grandes estruturas ou planejamentos. A criança brinca e se diverte com potes de sorvetes, rolinhos de papel, potinhos de iogurte, entre outros materiais de largo alcance ou elementos da natureza.

Entender que se sujar faz parte da brincadeira e o brincar é peça fundamental na Educação Infantil, resgatar as brincadeiras antigas dirigidas com interação que ressaltam relações sociais e efetivas formando cidadãos críticos por meios dessa vivência desde a educação infantil proporcionando resolução de problemas e o desenvolvimento de diversas habilidades tornando crianças que abrangem as competências necessárias para conviver com autonomia e empatia.

Vivenciar o lúdico é propor ao educando uma forma de atuação no mundo, fazendo-os perceber que não estão apenas inseridos no mundo, mas, que fazem parte dele.

A ludicidade é um ingrediente indispensável nas relações, está presente em todas as fases do ser humano e deve ser visto como algo extremamente importante na vida dos alunos, pois estimula a inteligência e a criatividade, facilita aprendizagem, ajuda no desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para a saúde mental, facilita o processo de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento. Sendo a ludicidade parte efetivamente integrante na escola, a criança realiza um processo de aprendizagem e desenvolvimento no qual muitas situações e experiências são vividas, estimulando os sentidos, habilidades, explorando o seu espaço e reelaborando as suas representações mentais de criatividade e imaginação. A Educação Infantil de nosso município é atingida por essa questão, com momentos idealizados pelos professores, orientados pelo Suporte Pedagógico das Unidades Escolares.

Podemos observar que os planos de aula dos professores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental abordam situações ricas de ludicidade. Situações como a simulação de mercados (para falar sobre origem dos alimentos, situações problemas convencionais em matemática), entre outras situações. A vivência de momentos lúdicos, associando-se às realidades das escolas têm sido

abordada com intencionalidade, com um objetivo claro e voltado exclusivamente para a aprendizagem.

4. Proposta de trabalho

A proposta está intimamente ligada às concepções sociais e as relações do mundo e do convívio escolar professor/aluno, ou seja, o papel mediador do professor tem como objetivo primordial em garantir a autonomia da criança, a partir de conteúdos significativos a serem trabalhados, visando uma educação de qualidade em que crianças tenham oportunidade de aprender e crescer com apoio de recursos e ambientes propícios para que o desenvolvimento infantil possa acontecer de maneira prazerosa.

O professor é o mediador de todo o processo educativo, ele deve ser competente, investigador e observador, estar atento para perceber e respeitar as crianças como um todo promover o seu desenvolvimento integral. É importante planejar suas aulas pensando, refletindo o que precisa ensinar, o que quer atingir, e como vai propor a brincadeira para que consiga alcançar seu objetivo, sempre pensando também sobre a realidade de sua sala, escola e comunidade. Para isso, cabe ressaltar que a formação dos professores, bem como da equipe gestora é a chave para garantir que eles garantam realizar, em seu trabalho diário com o aluno, boas situações lúdicas.

Sempre que usamos de momentos lúdicos na escola, devemos ter intenção para desenvolver o aluno em sua totalidade, construindo esquemas cognitivos, pensamentos e ideias de forma mais coerente. Proporcionar um espaço onde a criança possa brincar, estimular o desenvolvimento de uma vida interior saudável, vivenciando uma infância rica, com muitas experiências significativas, estimular a concentração e a criatividade, estimular a operatividade das crianças, favorecer o equilíbrio emocional, dar oportunidades de potencialidades, desenvolver a inteligência, criatividade e sociabilidade, oferecendo assim experiências e descobertas que enriquecem o relacionamento entre as crianças e suas famílias, visando sempre a aprendizagem do aluno.

Utilizar-se da ludicidade para propor um melhor aprendizado é valorizar o educando e o seu potencial. Não se pode negar que as ações lúdicas ressignificam a aprendizagem. Todavia é necessário que a criança entre em contato com o mundo de fantasias e ao mesmo tempo real, para que possa desenvolver sua capacidade de criar e relacionar, pois só assim poderá ser capaz de desenvolver a linguagem e aprender o domínio da informação.

Nesse sentido, a função do lúdico oportuniza a aprendizagem do indivíduo, seu saber e sua compreensão de mundo. Para Friendmann (1996) a atividade lúdica permite uma situação educativa, cooperativa e interacional, ou seja, executando simultaneamente o aprendizado, a cooperação e a interação, tornando a vida escolar mais significativa.

Pensando nos aspectos da ludicidade, recomenda-se que:

- os objetivos de desenvolvimento na Educação Infantil, propostas pela Base Nacional Comum Curricular, sejam desenvolvidos em sala de aula também com atividades lúdicas, além das demais atividades que já acontecem nas salas de aula, onde o aluno vivencie situações onde ele aprende na prática, através de um olhar especial do professor, que entra como um facilitador do processo;
- haja a garantia da acessibilidade e adaptação de materiais, objetos, brinquedos para as crianças com deficiência, bem como de seu espaço físico, tendo assim a efetiva participação de todos os alunos;
- os conhecimentos prévios dos alunos sejam levados em consideração, resgatando seu patrimônio histórico-cultural;
- os planejamentos anuais das Unidades Escolares Municipais garantam, desde o início do ano que a ludicidade seja parte integrante do fazer pedagógico, envolvendo a todas as pessoas que compõe a escola;
- os vários espaços da escola também promovam atividades lúdicas, de acordo com o objetivo que se quer alcançar, tornando a aprendizagem ainda mais diversificada, alegre e significativa;
- a formação docente também aconteça de forma lúdica, onde a homologia dos processos aconteça, dentro das salas de aula, atingindo diretamente nossos alunos.

REFERÊNCIAS

- FRIEDMANN, Adriana. "Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil". São Paulo: Moderna, 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O Jogo e a Educação Infantil. 1996.
- _____. (Org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento.
- _____. Perspectivas Atuais. Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil. Belo Horizonte, nov. de 2010.
- MARÍN, Imma; PENÓN, Silvia. "Que brinquedo escolher?". Revista Pátio Educação Infantil, ano I, n. 3, dez. 2003.
- PUERTA, Laura Simone Marim. Ludicidade na Educação Infantil: Currículo, Interações e Cultura em Contexto, retirado de <https://www.partes.com.br/2015/06/24/ludicidade-na-educacao-infantil-curriculo-interacoes-e-cultura-em-contexto/> , Acesso dia 01/08/2019.

5.2 INTERAÇÃO



1. Definição

No início da infância, explorar o ambiente é uma das maneiras mais poderosas que a criança tem (ou deveria ter) à disposição para aprender. Ela se diverte ao ouvir os sons das teclas de um piano, pressiona interruptores e observa o efeito, aperta e morde para examinar a textura de um ursinho de pelúcia e assim por diante. Para levar a água à boca, por exemplo, a criança utiliza um copo. Para alcançar um brinquedo em cima da mesa, apoia-se num banquinho. Ao ameaçar colocar o dedo na tomada, muda de ideia com o alerta da mãe – ou pela lembrança de um choque. Em todos esses casos, um elo intermediário se interpõe entre o ser humano e o mundo: a interação.

De acordo com Vygotsky, as interações são a base para que o indivíduo consiga compreender (por meio da internalização) as representações mentais de seu grupo social – aprendendo, portanto. A construção do conhecimento ocorre primeiro no plano externo e social (com outras pessoas) para depois ocorrer no plano interno e individual (OLIVEIRA, 1997).

2. Justificativa

Considerar a criança como sujeito é levar em conta, nas relações que com ela estabelecemos dialogicamente, que ela tem desejos, ideias, opiniões, capacidade de decidir, de criar, de inventar, que se manifestam desde cedo, nos seus movimentos, nas suas expressões, no seu olhar, nas suas vocalizações, na sua fala.

Nas relações que estabelecem com os outros, além de ampliar os laços afetivos e sociais, as crianças vão se apropriando de valores e formas éticas de se relacionar, desenvolvendo possibilidades de refletir e agir.

Outro importante aspecto que se destaca como especificidade do desenvolvimento das crianças é a apropriação gradual das múltiplas linguagens, que

são sistemas simbólicos construídos pelo ser humano para se expressar e compartilhar significados no seu meio social. Num processo determinado pela interação entre o cultural e o biológico, ocorrem, nesse período, transformações marcantes no desenvolvimento das crianças:

- De sujeitos que se comunicavam apenas por gestos e vocalizações, elas passam a compartilhar significados por meio de palavras-frase e chegam a construir narrativas mais estruturadas;
- De movimentos difusos, as crianças vão se apropriando de gestos, posturas e ritmos próprios de sua cultura;
- De bebês que apenas exploravam seu corpo e as características dos objetos, passam a transformar uma coisa em outra, usando a imaginação nas brincadeiras de faz de conta;
- De rabiscos involuntários, passam a representar suas ideias e sentimentos, de maneira cada vez mais estruturada, por meio do desenho ou de outras formas de linguagem plástica;
- Se tem acesso ao mundo letrado, começam a se apropriar das funções sociais da linguagem escrita, de seus diversos gêneros textuais e de seu sistema de representação;
- Se tivermos a clareza de que as interações ocupam centralidade no processo de construção do conhecimento, temos o importante papel de selecionar e propiciar ricas e significativas experiências relativas às múltiplas linguagens nas propostas de atividades na educação de todas as crianças.

3. Leitura do Contexto

As unidades escolares municipais têm como base para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A partir dela, são desenvolvidos os objetivos de aprendizagem que se pretende alcançar.

Em relação às interações sociais, o campo de experiência “O eu, o outro e o nós”, tem um olhar aprofundado para este princípio. De forma mais geral, as interações entre a criança e o mundo, são possibilitadas pelas propostas neste e em todos os outros campos de experiência: eles se integram, oferecendo à criança a possibilidade de uma formação global, nos aspectos físicos e cognitivos, como demonstra a figura abaixo.



4. Proposta de Trabalho

Num processo interativo, a sala de aula deve possibilitar o falar, o levantamento de hipóteses, as negociações, de modo que essas ações ajudem o aluno a se perceber como parte de um processo dinâmico de construção.

Assim como prescrevem as DCNEI/2009 e a BNCC/2017 o município de Francisco Morato assume o princípio da Interação e para contemplá-lo em sua integralidade apresenta as seguintes orientações didáticas:

- possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Aprendizado e Desenvolvimento: um processo Sócio-Histórico, Ed. Scipione, 1997.

5.3 EXPERIMENTAÇÃO



1. Definição

O conceito de experimentação refere-se à ampliação do processo ensino aprendizagem por meio das experiências práticas, envolvem pesquisa-ação, invenções, resoluções de desafios entre outros aspectos que colocam os alunos como protagonistas na construção de seu conhecimento, conferindo sentido à sua aprendizagem.

A experimentação estimula o pensamento crítico e criativo e uma postura mais ativa e independente nos alunos diante das grandes questões da sociedade, preparando-os para intervir positivamente no mundo.

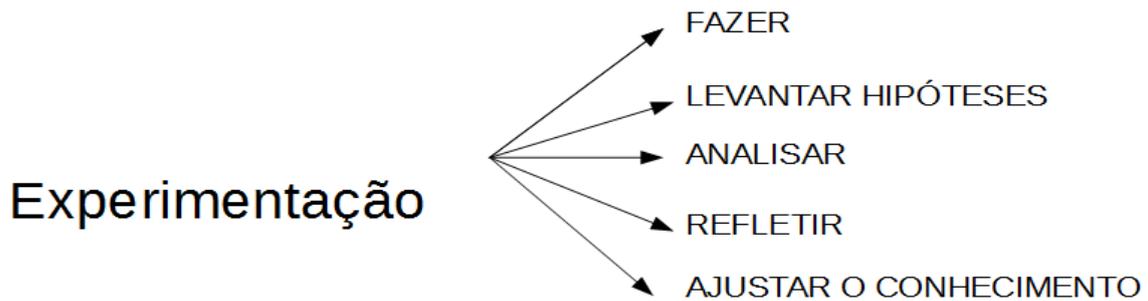
Assim, experiência é aquilo que mobiliza, transforma e deixa marca no ser humano. Tem relação com suas vivências. Segundo Larrosa (2002, p. 21) “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Possibilita a compreensão da realidade, pois por meio das experiências vividas o sujeito significa o mundo, constrói saberes e significados.

2. Justificativa

Na educação infantil é importante estimular a curiosidade na criança para despertar o interesse, a criação de hipóteses, a experimentação e a descoberta como combustíveis da aprendizagem. Crianças nascem curiosas e essa é a principal arma que possuem para conhecer o mundo. Esse espírito investigativo promove o desenvolvimento do gosto pelo estudo, uma vez que é por meio dele que a criança passa a saciar sua curiosidade e dar vazão aos seus interesses. Com o passar da idade, melhoram a habilidade da linguagem e são atraídas como um ímã para descobrir como as coisas funcionam, surgindo perguntas: O que?, por que?, para

que? que são repetidas incessantemente. E é por meio das perguntas formuladas pelas crianças e intencionalmente pelos professores que a curiosidade é valorizada e despertada.

Para Dewey (2002), entende-se que nas experiências diárias a criança interage com o meio físico e social podendo observar os diversos fenômenos que ocorre ao seu redor para estabelecer mais tarde as respectivas correlações.



Segundo a BNCC, a escola tem um papel importante em acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, com o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar.

Como afirma Moreira:

Nós aprendemos e ensinamos em meio a experiências, em meio às relações que estabelecemos na escola. Tudo isso tem que ser organizado, pensado, planejado, não é algo que acontece de qualquer jeito. (MOREIRA, 2004).

Assim devem ser propostas atividades que integra brincadeiras, observações, interações que acontecem na rotina da escola, dando intencionalidade para as práticas pedagógicas e colocando a criança no centro do processo. Também deve ser estimulada a exploração do ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas, através de experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

3. Leitura de Contexto

A experimentação nas escolas municipais de Educação Infantil é realizada através de atividades onde as crianças vivenciam situações de descobertas, através da observação, da participação em experimentos que desafiam suas potencialidades corporais e relacionais, trabalho realizado pela maioria dos professores, como por exemplo, atividades que aguçam os cinco sentidos, jogos que envolvem a compreensão do sistema de escrita e da linguagem matemática, brincadeiras dirigidas, desenhos, pinturas, esculturas com massa de modelar, contação de histórias com livros ou com uso de fantoches, brincadeiras folclóricas, músicas, atividades que estimulam a autonomia e identidade.

4. Proposta de Trabalho

A ideia de experiência está presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documento fixado pelo Conselho Nacional de Educação em 2009 para normatizar aspectos do funcionamento das instituições de Educação Infantil e apoiar a organização de propostas pedagógicas voltadas para as crianças de 0 a 5 anos.

Nessa formulação, a ideia de experiência parece se referir à história que as crianças carregam, aos saberes que puderam construir na vida e a seus modos próprios de sentir, imaginar e conhecer.

É possível entender as experiências vividas pelas crianças como uma forma de “dar sentido” às coisas, o que aprofunda o jeito como elas aprendem. Vale ressaltar, no entanto, que a vivência precisa ter um valor significativo no contexto educacional.

A explicitação das experiências a que as crianças devem ter acesso orienta o trabalho pedagógico em certa direção. Permite pensar que não se deve focar uma área de conhecimento, mas, sim, a experiência que as crianças podem ter com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Assim sugerimos:

- As práticas do professor estejam diretamente comprometidas com as necessidades e os interesses da criança, para que a vivência se transforme em uma experiência e tenha, de fato, um propósito educativo;

- Nas atividades, é importante que o professor deixe que as crianças formulem suas hipóteses e definam suas estratégias. Por isso, é importante dar tempo às crianças e observar como elas resolvem os problemas que lhes são propostos;
- É interessante que o professor facilite as trocas de estratégias desenvolvidas pelas próprias crianças, confrontando-as e auxiliando-as a solucionarem os problemas por meio de seus próprios recursos.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Silvana de Oliveira. A experiência de aprender na Educação Infantil. Novas diretrizes para a Educação Infantil. Salto para o Futuro, Ano XXIII, Boletim 9, jun. 2013.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, 2002.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEN nº05/09. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

DEWEY, John. A escola e a sociedade: a criança e o currículo. Lisboa: Relógio D'Água, 2002.

5.4 DIVERSIDADE, DIFERENÇA E INCLUSÃO



1. Definição

É razoavelmente comum que se utilize as palavras “diversidade” e “inclusão” como sinônimos. Mesmos profissionais que atuam com estes assuntos tendem a misturar os termos. Porém, entender a diferença entre um e outro é importante para o sucesso da construção da base curricular comum da rede municipal de ensino.

O termo “Diversidade” está ligado a representação demográfica. Por exemplo, qual o percentual de negros, mulheres, pessoas com deficiências, pessoas LGBT, na rede de ensino? No Brasil, a maior parte da população é feminina, 54% das pessoas se declara negra, 23% têm algum tipo de deficiência, e assim por diante. Assim, enquanto construção social e produto da cultura fazer distinções entre pessoas é algo inaceitável nos dias de hoje.

Somos diversos! Em gênero, etnia, religião, orientação sexual, características físicas, emocionais, cognitivas, entre outras dimensões – os padrões culturais e o estabelecimento das normas sociais são construções do homem.

Neste processo, trabalhar a diversidade é falar sobre o respeito às diferenças. A cultura é também um espaço em que se produzem as diferenças e é tomando consciência das diferenças, de que elas existem e precisam ser respeitadas, que contribuimos para uma construção de uma sociedade mais justa, igualitária e para todos.

Na construção de uma sociedade realmente inclusiva, a Base Nacional Comum Curricular preconiza em uma de suas competências gerais: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.” (BRASIL, 2017). Portanto, desde o ingresso do aluno na educação infantil e ao longo de sua jornada essa deve ser a premissa tanto dos saberes, quanto das relações construídas nas instituições de ensino para garantir a inclusão de todos.

Conseqüentemente, de acordo com Mantoan (2003), inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro" (MANTOAN, 2003).

A diversidade, a diferença e Inclusão, constitui um desafio para a gestão e organização do trabalho pedagógico escolar. Parece simples, mas precisamos compreender seus sentidos e significados, uma das principais tarefa da Educação.

Como se vê, necessitamos de uma reflexão conceitual sobre o que seja Educação Inclusiva/inclusão escolar, a quem se destina e onde ela deve ocorrer, para que possamos fazer um novo olhar sobre o assunto.

2. Justificativa

Nos dias atuais vivemos num mundo marcado pela diversidade, pelo pluralismo de etnias, povos, identidades, subjetividades e representações, onde o diverso é algo que compõe a condição humana e está intrinsecamente ligado à ideia de humanidade, que só é possível na diversidade. Portanto, é o diferente na medida em que ele também é igual a mim, enquanto eu sou o diferente do outro.

Nesta direção, é que desde muito pequena a criança deve ser mediada para a formação de atitudes como a solidariedade, a identificar e combater preconceitos que incidem sobre os diferentes jeitos de ser; elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e entender questões sobre o da inviolabilidade da vida humana, da liberdade, da relação de gêneros, das diferenças e por fim, da igualdade de direitos para todos.

Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, fica sinalizada a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos, buscando a não exclusão escolar e propondo ações que garantam o acesso e permanência do estudante com deficiência, do negro, da menina, do transgênero, enfim, da diversidade e diferenças no ensino regular. No entanto, a escola precisa, estudar, discutir, entender e implementar políticas e práticas de educação inclusiva, de modo a garantir diferentes saberes, diferentes culturas e diferentes perspectivas, promovendo a inclusão escolar.

Por conseguinte, o município de Francisco Morato, território de diversidades, de famílias vindas de outros estados e até de outros países, de diferentes classes sociais, das mais diversas práticas culturais e religiosas, que vem dando visibilidade as pessoas com deficiência, legitimando seu protagonismo nos mais variados espaços e acreditando na educação em perspectiva inclusiva, vem em reconhecimento, alavancar propostas pautadas no compromisso com o que é de Direito e com a gestão democrática, elementos imprescindíveis, que permite e possibilita da participação de Todos.

3. Leitura de Contexto

A presente proposta de construção da Base Curricular Comum Municipal, não poderia deixar de contemplar, no alicerce que a regimenta, os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis), que propõe no Objetivo 4º *“Assegurar a educação inclusiva e equidade de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.”*

Outrossim, o ODS 4 conta com a meta 4.5 que tem como objetivo eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, é possível compreender que tornar as oportunidades mais iguais é o ponto central dessa meta. É interessante que a agenda esteja preocupada em tornar o acesso à educação de qualidade um direito de todos, mas que, além disso, esta venha a ser um meio de superação das desigualdades que são reproduzidas nos mais diversos níveis sociais. A visualização da educação como um fator crucial para a promoção de oportunidades iguais para todos os cidadãos é que faz dessa meta tão importante para esse objetivo.

Nesse sentido, temos a oportunidade de socializarmos práticas, projetos e

ações no intuito de seguirmos o curso do movimento inclusivo e sustentável na construção de espaços legítimos no âmbito das políticas públicas de educação. Que a ampliação do acesso à educação de qualidade, uma das metas do ODS 4, possa, em nós todos, provocar o sentimento de (re)construção e (re)configuração dessas políticas para o todos os estudantes com e sem deficiência na rede municipal de ensino do município de Francisco Morato. Dessa feita, educação de qualidade é aquela que garante a todos acesso, compreensão e uso das possibilidades a ele concedidas de construção de conhecimento.

Em suma, este documento foi elaborado com a contribuição de todos de modo a possibilitar (re)pensar e (re)formular o Currículo Municipal de Educação em uma perspectiva Inclusiva, premissa que deve nortear todas as relações em todos os ambientes – especificamente aqui expresso, no ambiente escolar, a fim de compreender que a participação efetiva e o desenvolvimento das potencialidades é um direito de todos, independentemente das barreiras a serem enfrentadas.

4. Proposta de Trabalho

O Currículo deve ser construído a partir das experiências vividas nos ambientes escolares, e que, se desdobram além muro, em torno do conhecimento científico, permeadas pelas relações sociais, histórica e culturais, articulando saberes acumulados distribuídos no tempo e organizados no espaço educativo.

Assim sendo, é imprescindível desenvolver um trabalho voltado ao respeito às diversidades, as diferenças e inclusão escolar. Por meio de políticas e práticas que:

- Possibilitem vivências que promovam a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade, o respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades, a sensibilidade e a criatividade;
- Promovam a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, respeitando e valorizando suas formas de organização;
- Estabeleçam uma relação efetiva e afetiva com a comunidade local respeitando e valorizando seus saberes;
- Garantam a acessibilidade, a flexibilização e a adaptação de modo a respeitar as diferenças;

- Respeitem a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência, discriminação e preconceito;
- Reafirmem a identidade étnica e a língua materna como elementos da constituição das crianças.

Para garantir a efetivação desse currículo, superando as barreiras, merece destaque a atuação de todos os profissionais da Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional

De Educação Especial Na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.

GADOTTI. Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

IAVELBERG, Catarina. Para conviver com a diversidade. 01 dez de 2013.

LACERDA, Caroline Cortês. Diversidade: O caminho para a trans(formação) do fazer pedagógico. Disponível em <http://www.brasilecola.com>

MANTOAN. Maria Teresa Eglér Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MARCÍLIO, Ana Olívia. A importância de tratar a diversidade na educação infantil. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br>

UNESCO. *Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2mVXay6>>. Acesso em 30 jul. 2018.

_____. *Relatório de Monitoramento Global da Educação – Resumo*. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2AUHyo2>>. Acesso em 07 ago. 2018.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. In: Obras completas. Tomo V. Trad. de. Maria del Carmen Ponce Fernandez. Havana: Editorial Pueblo y Educación, [1934]1997.

_____, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

5.5 LEITURA E ESCRITA



1. Definição

Ensinar a ler e escrever é um desafio que transcende amplamente a alfabetização em sentido estrito. O desafio da escola hoje é o de incorporar todos os alunos à cultura do escrito e o de conseguir que todos cheguem a ser leitores e escritores.

O necessário é fazer da escola uma comunidade de leitores e escritores que recorrem aos textos buscando resposta para todos os problemas que necessitam resolver, tratando de encontrar informação para compreender melhor algum aspecto do mundo. Favorecendo escritores que produzem seus próprios textos para mostrar suas ideias, para informar sobre fatos que os destinatários necessitam e devem conhecer, enfim, por tantos outros motivos reais e importantes. Que as leituras e escritas sejam práticas vivas e vitais, onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento.

Sabendo que a leitura e escrita são elementos importantes em nossa vida e pensando no contexto importantíssimo da leitura e escrita em nosso dia a dia, afirmase aqui que, juntas exercem um papel essencial e fundamental, sendo prática diária a qual queremos fixar como princípio ativo no currículo de nosso município.

O aluno aprende através de práticas de leitura e de escrita, em todas as áreas do conhecimento, em todas as disciplinas, eles aprendem lendo e escrevendo. O processo de letramento deve estar presente em todas as propostas de atividades: letrar é função de todos os professores e de todas as áreas do conhecimento. Não há como separar as áreas do conhecimento, pois uma complementa a outra, um assunto puxa outro. Se em todas as áreas se lê e se escreve então não podemos deixar a formação integral do aluno e o alfabetizar letrando somente nas aulas de Língua Portuguesa.

Segundo Lerner (2002), o importante é preservar o sentido do objeto de ensino no processo da aprendizagem na escola, valorizando a leitura e a escrita como práticas sociais.

“Ler é compreender e compreender é sobretudo um processo de construção de significados sobre o texto que pretendemos compreender. É um processo que envolve ativamente o leitor, à medida que a compreensão que realiza não deriva da recitação do conteúdo em questão. Por isso, é imprescindível o leitor encontrar sentido no fato de efetuar o esforço cognitivo que pressupõe a leitura, e para isso tem de conhecer o que vai ler e para que fará isso; também deve dispor de recursos, conhecimento prévio relevante, confiança nas próprias possibilidades como leitor, disponibilidade de ajudas necessárias etc. - que permitam abordar a tarefa com garantias de êxito; exige também que ele se sinta motivado e que seu interesse seja mantido ao longo da leitura. Quando essas condições se encontram presentes em algum grau, e se o texto o permitir, podemos afirmar que também em algum grau, o leitor poderá compreendê-lo. Com essas ideias, podemos dizer que enfocamos nossa atenção nos resultados de aprender a ler.” (SOLÉ, 1998)

Portanto, ler não significa somente decodificar os códigos e linguísticos, fazer junções e formar palavras, é muito mais que isso. É compreender, interpretar ser capaz de formar opinião crítica, sobre o que lê. Ou seja, a leitura é a forma como o indivíduo pode interpretar os registros de ideias e informações presentes nos livros, jornais e dos mais variados gêneros que circulam na sociedade.

Dessa forma a leitura favorece o desenvolvimento do raciocínio, a capacidade de interpretação e de posicionar-se sobre fatos.

O processo de alfabetização nos dois primeiros anos, segundo a (BASE), deve ser o **foco da ação pedagógica** no componente de Língua Portuguesa: “...aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social.” (BRASIL, 2017)

2. Justificativa

Entende-se a aquisição da leitura e escrita como fase primordial na vida do ser humano favorecendo o seu desenvolvimento como um todo. A leitura e a escrita é um processo complexo que envolve habilidades cognitivas e linguísticas. Temos como concepção que a leitura e a escrita fazem parte do contexto social e cultural em que estamos inseridos, sendo que uma enriquece e complementa a outra, pois uma boa leitura contempla uma escrita de boa qualidade.

A escrita está em toda parte e precisamos dela em todas as situações da vida, pois ela é essencial para a compreensão da realidade. Na aprendizagem da leitura e da escrita, a criança percorre um caminho individual e próprio. Na medida em que está em contato com materiais de leitura, está ela, sobretudo, iniciando seu processo de descoberta do código escrito.

Os alunos da rede Municipal de Ensino de Francisco Morato em todas as modalidades do ensino devem adquirir autonomia da leitura e da escrita, isto é, que sabem decodificar o código linguístico, possuindo assim, habilidades básicas de leitura e escrita. Porém para que um indivíduo consiga se relacionar com o mundo através da linguagem escrita é preciso que, além de saber ler e escrever, ele saiba interpretar os textos nos diversos contextos em que estão inseridos. Ler é um conjunto de habilidades e comportamentos é decodificar sílabas ou palavras evoluindo até a leitura de um texto, dentro de um contexto interdisciplinar e multidisciplinar.

A aprendizagem da leitura e da escrita é talvez o maior desafio que as crianças têm que enfrentar nas fases iniciais da escolaridade. Ganhar esse desafio é, num mundo dominado pela informação escrita, o primeiro passo para que cada uma das crianças que hoje frequenta a escola seja no futuro um cidadão efetivamente livre e autônomo nas decisões que toma. A alfabetização não apenas condiciona todo o posterior percurso acadêmico, como igualmente vai moldar o acesso a novos conteúdos e processos intelectuais, determinando, em parte, os limites daquilo que é a liberdade individual. (MARTINS E SILVA, 1999).

3. Leitura do Contexto

Há um impacto na aprendizagem significativo principalmente em relação às crianças que mais necessitam de acompanhamento familiar e geralmente são as que mais demonstram dificuldades em aprender.

Percebe-se, grandes avanços com relação à escrita e leitura desses alunos. Os projetos de formações implementados na Secretaria da Educação do Município e as parcerias de formações, chegam até as unidades escolares, enriquecendo para sanar as lacunas de aprendizagem na leitura e escrita.

Cada aluno é único na sua forma de aprender e de construir o seu conhecimento, e isso deve ser levado em conta para ser desenvolvida a autonomia para o significado da leitura e escrita. Hoje o mundo letrado está influenciando com muitas informações e o educando encontra-se inserido nele, sendo assim, urge o uso

de múltiplas linguagens. Ler e escrever implica o domínio de instrumentos que permitem ao ser humano compreender a sociedade, sua dinâmica e suas relações históricas.

Até agora, a escrita ocupou um lugar muito estreito na prática escolar, em relação ao papel fundamental que ela desempenha no desenvolvimento cultural da criança. Ensinam-se as crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita. Enfatiza-se de tal forma a mecânica de ler o que está escrito que se acaba obscurecendo a linguagem escrita como tal (VIGOTSKY, 2007, p. 125)

4. Proposta de trabalho

Os direitos de aprendizagem visam à garantia do acesso e à apropriação do conhecimento de todas as crianças, jovens e adultos a fim de construir uma sociedade mais justa e solidária. Nesse sentido, as escolas do município devem:

- Estimular a participação dos estudantes em situações que promovam a reflexão, a investigação e a pesquisa, a resolução de problemas em espaços onde possam representar e vivenciar suas experiências e ressignificá-las a partir da construção de novos conhecimentos;
- Favorecer uma proposta interdisciplinar que garanta produção de textos, de leitura ou escuta ou, ainda, de análise e reflexão sobre a linguagem, compreendendo a especificidade de cada situação indicada, pode prever um tratamento que respeite esse movimento em espiral partindo do coletivo, passando pelas duplas ou grupos, chegando ao individual e, a partir das constatações de aprendizagem realizadas, voltando ao coletivo, agora em outro patamar, na condição de realizar tarefas que antes não conseguiriam;
- Mediar a (re)construção do conhecimento permitindo a possibilidade de utilização do conhecimento em diversos contextos;
- Facilitar as várias formas multidisciplinares e transdisciplinares em seus vários conceitos nos textos falados, escritos, verbal e não verbal;
- Garantir os diversos gêneros textuais e a forma para garantir a construção autônoma e de autoria de diversas escritas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC. 2017.
- LERNER, Delia. Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário. Porto Alegre. Artmed. 2002
- MARTINS E SILVA. Leitura e Escrita; 1999:49; Porto Alegre. Artmed. 2002;
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998;
- VIGOTSKI. L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

5.6 ESPAÇO, TEMPO E MOVIMENTO



1. Definição

Espaços, Tempo e Movimento são parte da prática educativa. Isto exige investir nos alunos para que se torne um sujeito transformador do seu meio, que reflita, proponha, argumente, de modo intencional e consciente, em todos os âmbitos da vida humana. Assim, o princípio Espaços, Tempos e Movimento envolve um conjunto de habilidades que explicitam e desenvolvem a relação de organização das aprendizagens. A organização do espaço no tempo pode assumir diferentes conformações a partir das possibilidades de movimento instauradas pelo ser humano.

Dessa forma, tempo, espaço e movimento podem assumir plasticidade, ao se modificar conforme as experiências vividas, o que leva a significação do contexto na aprendizagem, além de permear a trajetória escolar ampliando-se nas relações com o conhecimento, que dão sentido para aquilo que se aprende, compreendendo e interagindo (movimentando-se), nas estruturas sociais, culturais, biológicas e psicológicas construídas pelos sujeitos social e individualmente.

2. Justificativa

O currículo Municipal de Francisco Morato considera a organização dos tempos, espaços e movimento, materiais que contemplem as vivências das crianças no seu cotidiano, a importância do brincar e a integração de saberes de diferentes componentes curriculares, bem como os espaços, tempos e materiais pedagógicos disponibilizados pelas escolas, precisa acolhê-los na sua integralidade e promover a sua participação. Para tanto, faz-se necessário conhecer as necessidades, interesses dos estudantes, bem como atender para as mudanças que ocorrem ao longo do seu

desenvolvimento. Também é imprescindível que o currículo prepare estes para fazer uso crítico, criativo e construtivo das tecnologias digitais.

Para Nóvoa (2001) e Popkewtz (2011), os tempos e os espaços devem ser vistos como dinâmicas mais fluídas, com espessuras e tessituras que nos permitam viver diferentes temporalidades, com espaços não mais limitados por suas margens físicas. São espaços e tempos representacionais, ideológicos, culturais, linguísticos, que produzem identidades, crenças, relações, sentimentos etc.

Um espaço em que professores e alunos sujeitos do processo, desvelam, ensinam, afetam e são afetados, encontrando-se consigo mesmos e com conhecimento para construírem-se. Um espaço em que a interdisciplinaridade habita. Nesse sentido, alguns pressupostos fazem-se necessários na ação do professor, tais como conhecimento de si mesmos, abertura, humildade, consideração, espera e parceria, colocando todos os alunos diante de situações de ótimas aprendizagens.

3. Leitura de contexto

No geral o trabalho que é realizado na nossa rede de Ensino tem foco nas áreas específicas do conhecimento e componentes curriculares. Com essa nova proposta “Espaço, Tempo e Movimento” a intenção é que o trabalho não seja fragmentado, mas, inter-relacionado com as disciplinas. Talvez mais difícil do que produzir e legitimar outra lógica para reorientar os tempos e os espaços curriculares da escola contemporânea seja a tarefa de desconstruir os conceitos historicamente postos.

4. Proposta de Trabalho

A proposta de trabalho com o “Espaço, Tempo e Movimento”, visa a garantia do acesso e apropriação do conhecimento, das crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, seguem algumas orientações didáticas que podem tornar as aulas mais atrativas:

- A aprendizagem acontece nas interações livres e espontâneas entre os estudantes;
- A educação não acontece somente nos limites da escola, reconhecendo que há muito a aprender fora dela, ultrapassando os seus muros e paredes;

- Essa aprendizagem interdisciplinar poderá ir para o outro lado da cidade, naquele museu tão interessante, ou até mesmo visitando outro país, por meio de trocas pela internet entre estudantes, professores e especialistas de todo o mundo;
- O professor tem que ter cuidado para não ser só mais um transmissor de informações, mas sim um instrumento no desenvolvimento de um aluno mais esclarecido de fatos, razões e circunstâncias;
- O aluno não deve de ser mero espectador ou reproduzidor de saberes discutíveis para se apropriar do discurso, verificando a coerência de sua posição em face do grupo com quem partilha interesses. Através deste conhecimento adquirido, fazer sua opinião ser ouvida e respeitada pelos seus iguais;
- O professor deixa de lado seu papel de mero informante e vira um sujeito que transforma através do conhecimento e dos saberes seus alunos, tornando-os críticos transformadores de sua realidade pessoal e futuramente profissional;
- Nessa perspectiva, a escola deve constituir-se, portanto, de ambientes vivos com diferentes representações, sentidos e significados. Sua organização espaço-temporal deve considerar a pluralidade de vozes, de concepções, de experiências, de ritmos, de culturas, de interesses etc. A escola, por seu currículo e por sua dinâmica, deve conter em si a expressão da tolerância humana, em toda sua complexidade;
- Não se trata, pois, de abandonar a dimensão do tempo cronológico e dos espaços formais na organização da escola. Trata-se de reconhecer e considerar que cada sujeito tem seu ritmo próprio de aprendizagem e, portanto, um modo singular de pensamento, movimento e ação e que essa aprendizagem só ganha sentido na relação que esse sujeito estabelece com o outro, com o conhecimento e com o mundo.

REFERÊNCIA

NÓVOA, Antônio. Tempos da Escola no Espaço Portugal-Brasil-Moambique: Dez Digressões Sobre um Programa de Investigação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 131-150, jul./dez. 2001.

PERRENOUD. Philippe. Espaços-tempos da formação e organização do trabalho
Disponível

em:<http://www.unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_2001/2001_29.rtf>.

POPKEWTZ, Tomas S. (2011). Políticas Educativas e Curriculares. Abordagens Sociológicas Críticas.

SOUZA, Ana M. B.; CARDOSO, Terezinha M. *Organização escolar*. Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM.

5.7 COMUNICAÇÃO



1. Definição

A comunicação é marca dos seres humanos. Desde muito pequenas, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de comunicação da criança são os movimentos do seu corpo, olhar, a postura corporal, sorriso, choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro.

Vivemos cercados de linguagem por todos os lados: construímo-nos, portanto, com linguagem e de linguagem. É no movimento contínuo da linguagem e sobre o mundo que as crianças vão se conhecendo e reconhecendo socialmente como pessoas.

A relação entre o homem e o mundo acontece mediada pela linguagem. A linguagem planeja e regula as ações humanas, permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com o outro. Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações.

De acordo com o autor Paulo Freire (1968), que dialoga em seus estudos sobre comunicação e educação, propondo grandes contribuições ao modelo teórico dialógico, explica que a metodologia comunicativa afirma qualquer extensão educativa, o indivíduo (educando) precisa socializar-se, trazendo suas vivências de mundo, para que sejam seres pensantes e questionadores. Ao comunicar-se, o indivíduo deve tomar um papel ativo, sendo não apenas um receptor, mas também emissor de suas ideias e pensamentos.

Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal. Ou melhor, somente quando mergulham, nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a

operar...Os sujeitos não (adquirem) sua língua materna, é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência (BAKHTIN, 1988, p.108).

2. Justificativa

Freire (1968) usa a expressão: “educar e educar-se” tornando a comunicação como meio de troca de experiência e informações, não deixando-a estática, onde todas as partes presentes no ato de comunicar-se aprende e reaprende, não dando um fim aos conhecimentos passados. Na área da educação, faz-se importante, então, que o professor não se veja como o fim de um conhecimento, não como o aquele que faz o depósito e veiculação dele ao seu aluno, mas como o um agente transformador e mediador, entre o conhecimento e educando.

A importância desse princípio é que através da comunicação as crianças aprendem sobre a linguagem de forma processual, quando imersas em contextos nos quais se envolvem de maneira ativa na tentativa de comunicar seus desejos, necessidades, pensamentos, sentimentos e opiniões. De maneira evolutiva, em suas tentativas, as crianças passam a fazer um uso mais complexo da linguagem, passando da utilização de poucas palavras para frases, de assuntos concretos para outros mais abstratos, de situações contextualizadas no presente para situações do passado e do futuro. Essa progressão se dá a partir das interações comunicativas de qualidade e positivas que as crianças têm a oportunidade de vivenciar em seu cotidiano. Nesse contexto, é muito importante que as crianças tenham diferentes oportunidade de interagir com outras crianças e demais pessoas, falando sobre suas experiências pessoais, relatando fatos significativos, sendo escutadas e acolhidas naquilo que comunicam, expressando-se e comunicando-se por meio do corpo, do movimento, da dança, da mímica, do som, da música, de suas esculturas, desenhos ou do teatro.

Defende-se por princípio democrático que todas as crianças tenham direito aos bens de sua própria cultura. Dentre eles, a linguagem verbal, uma das mais importantes heranças culturais, responsável por mudanças no modo como as sociedades se organizam com reflexos no próprio modo de pensar das pessoas.

A linguagem verbal se expressa em dois domínios que se relacionam: oral e o escrito, ambos regidos por normas próprias, construídas nas diferentes práticas

sociais de comunicação entre os homens, na expressão de suas ideias, sentimentos e imaginação.

3. Leitura de Contexto

Nossa rede se mobiliza em torno da meta de assegurar uma Educação de qualidade, procurando garantir a todas as crianças matriculadas, oportunidade de acesso a bens culturais que lhes ofereçam condições de aprender sobre o mundo e sobre si mesmos e desenvolver-se como cidadãos conscientes da importância de se construir uma sociedade justa e democrática.

Acreditando no potencial e avanço de cada criança, trabalhamos para que elas obtenham o que lhes é de direito: serem educadas em um ambiente que acolha, apoie suas iniciativas e que os estimule em sua aventura de significar no mundo e a si mesmas.

4. Proposta de Trabalho

Sabemos que o trabalho com a linguagem e a comunicação, seja oral ou escrito, deve estar organizado em grandes blocos de aprendizagens, como:

- Comunicar-se no cotidiano, pois a fala é uma aquisição que depende das interações sociais das possibilidades que a criança tem de observar e participar de situações comunicativas diversas;
- Conversas em grupo em situações informais e em situações formais (para interlocutores experientes);
- Conversar é uma atividade que se inicia cedo. Nessa fase da vida, as conversas são menos coletivas: o professor é o parceiro mais próximo da criança, com quem ela inicia suas primeiras conversas ainda com balbucios e gestos. Ao longo do tempo, com o trabalho pedagógico, podemos possibilitar as crianças que organize suas expressões para que se apropriem da linguagem oral através de suas brincadeiras e fatos do cotidiano;
- Brincar com as palavras: O brincar com as palavras é uma função prioritariamente exercida pelo falante. O vasto repertório de brincadeiras, cantigas, quadrinhas e demais textos do repertório da tradição oral brasileira

são fontes inesgotáveis de prazer para as crianças e por isso deve ser focado no trabalho.

- Conhecer narrativas literárias e desenvolver atitudes e valores em relação à leitura e ao ato de ler é trabalho fruto da experiência socialmente construída, a partir do contato com a escrita e a produção de narrativa;
- Uso e prática da linguagem escrita: O conhecimento construído nas rodas de leitura e conversa são grandes atributos para diferentes situações que utilizam os elementos da linguagem, como: recontar histórias, trechos, dramatizações, antecipação, sentidos na leitura etc;
- A escrita do nome próprio: uma das mais importantes conquistas das crianças. Sua identidade. Meio pelo qual reflete sobre o sistema de escrita alfabética;
- Outras escritas: É importante que experimentem outras escritas nos seus mais diferentes propósitos. À medida que acontece a escrita no cotidiano, explicitando os procedimentos às crianças, estas podem pensar sobre o uso e práticas.

Espera-se que tais propostas venham iluminar os objetos de ensino e de aprendizagem, contribuindo para a tomada de decisões pedagogicamente mais claras para os professores e potencialmente mais interessantes para as crianças.

Precisamos descartar a importância do trabalho com as linguagens, comunicação da natureza e cultura, conhecimento matemático, expressividade das linguagens artísticas, linguagem musical, linguagem textual, linguagem visual, o desenho, espacialidades, a experiência com a cor.

Outro ponto a se destacar é a naturalidade com que as crianças lidam com as novas tecnologias onde percebemos o envolvimento e a intensidade do interesse que refletem sobre seus instrumentos e como a comunicação se faz presente a cada toque nos aparelhos. São informações diversas que surgem a cada clique. Dessa forma, vemos uma ampliação no surgimento de novos gêneros textuais que se alinham a essas inovações. Os textos multimodais são exemplos dessa comunicação rápida e implícita que perpassa os novos meios de comunicação utilizados e que precisam estar inseridos e condicionados ao meio escolar na atualidade para garantir o aprendizado de nossos alunos de maneira eficaz e concisa.

Assim a escola deve adequar-se a essa nova realidade, trazendo para dentro de suas salas elementos motivacionais para garantir o acesso das crianças a esse mundo tecnológico de grande propagação na atualidade.

O trabalho pedagógico e os conteúdos, precisam ser explorados através de recursos variados, traduzindo na prática a realidade das crianças.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE. Educação e Mudança. 25 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KALINKE, Marco Aurélio. Para não ser um Professor do Século Passado. Curitiba: Gráfica Expoente, 1999.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

PRETTO, Nelson de Luca (org.). Globalização & Organização: mercado de trabalho, tecnologias de comunicação, educação a distância e sociedade planetária. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

SACRISTAN, J. Gimeno; GOMEZ, A. I. Pérez. Compreender e transformar o Ensino. Porto Alegre: Artmed, 1996.

VALENTE, J. A. Aprendendo para a Vida: o uso da informática na educação especial. In: FREIRE,

XAVIER, Antonio C. S. O Hipertexto na Sociedade da Informação: a constituição do modo de enunciação digital. Tese de doutorado Unicamp, 2005.

5.8 TECNOLOGIA



1. Definição

Não é tarefa simples definir o conceito de tecnologia por se tratar de um conceito amplo e exigir aplicações de conhecimentos científicos. Para Silva (2002), tecnologia é um sistema por meio do qual a sociedade satisfaz suas necessidades. Soffner (2013) a define como tudo o que aumenta as capacidades humanas e diz que a primeira tecnologia foi o pedaço de osso que um homem utilizou para se defender ou para atacar outro animal. Para o autor, os óculos que utilizamos para melhorar nossa visão e mesmo o giz que o professor usa em sala de aula são tecnologias.

Assim sendo, podemos dizer que tecnologias são produções humanas e, como tais, são partes de suas culturas. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura, e sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação no mundo (LÉVY, 1999).

A Tecnologia Educacional é um conceito que diz respeito à incorporação das tecnologias da comunicação e informação para fins pedagógicos. Seu objetivo é trazer para a educação – seja dentro ou fora de sala de aula – práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino e aprendizagem.

O Currículo da Cidade de Francisco Morato corrobora com a concepção de tecnologia defendida pela Base Nacional Comum Curricular (documento orientador para a construção dos currículos em todo território brasileiro) ao acreditar que a utilização da tecnologia é uma competência que deve perpassar todo o currículo escolar, como demonstra o gráfico a seguir:



A 5ª Competência Geral da BNCC no que diz respeito à Cultura Digital estabelece que é desejável que os alunos devem: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

2. Justificativa

Vivemos em mundo globalizado, no qual a tecnologia é algo que está se tornando cada vez mais essencial em nossas vidas, portanto é papel fundamental da escola preparar o aluno para o mundo moderno que, querendo ou não, é ditado pelo uso massivo da tecnologia. Em vez de impedir o uso, devemos usar o espaço da escola para estimular e educar para o uso adequado desse recurso. Pois ele facilita o processo de ensino-aprendizagem, dá oportunidade ao aluno de adquirir novos conhecimentos e saberes, ajudando-o na descoberta de seus valores e princípios. Desta maneira, não é razoável pensar em educação e tecnologia como blocos totalmente distintos. Como consequência, a escola precisa trabalhar com ferramentas que preparem as novas gerações para a vida nesta sociedade informatizada e tecnológica.

Na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar a ensinar e aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o social, o grupal e o social. Uma mudança qualitativa no processo de ensino e aprendizagem pode ocorrer ao integrarmos dentro de uma visão inovadora todas as tecnologias: as telemáticas, as audiovisuais, as textuais, as orais, musicais, lúdicas e corporais.

3. Leitura de Contexto

É notório o fato de que os alunos do município de Francisco Morato, em sua grande maioria, são carentes e vivem em situações de vulnerabilidade social e de pobreza, porém, é inegável afirmar que têm contato com vários tipos de tecnologia dentro e fora da escola. Apesar das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental não possuírem laboratórios de informática em condições de uso atualmente, no geral podemos constatar que ocorre a utilização de recursos tecnológicos em sala de aula, tais como: televisão, aparelhos de som, Datashow, DVD e outros.

Vale ressaltar, que o Currículo do Município de Francisco Morato (CMFM) em conformidade com a BNCC, assume a premissa de que a tecnologia não é um objeto de estudo e deve ser encarada como uma estratégia de ensino, em que a proposta de trabalho seja uma intervenção social que contextualize o uso da tecnologia ao conteúdo aplicado, auxiliando o desenvolvendo das dez competências gerais da Base. Dessa forma, entendemos que a tecnologia não pode, em nenhuma hipótese, substituir o professor, pelo contrário, o professor deve “extrair” o melhor de cada tecnologia, tornando suas aulas mais atrativas e dinâmicas conduzindo os alunos a assumirem uma postura diferenciada em relação ao saber e aos conteúdos curriculares.

A tecnologia pode abrir caminho para infinitas possibilidades didáticas.

4. Propostas de Trabalho

Temos em nossas salas não somente alunos, mas sonhos e futuros. Acreditamos que os estudantes são sujeitos singulares que merecem e precisam de atenção, compreensão e comprometimento dos professores com relação à sua aprendizagem. Os professores que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental devem estar estimulados para poderem estimular seus alunos constantemente. Para o aluno ser inserido no mundo letrado precisa passar por um caminho de magia e encantamento.

Idealizamos uma escola com salas de informática, com equipamentos modernos e profissionais habilitados para desenvolver um trabalho de formação com os professores e que esses repassem seus saberes aos alunos promovendo assim a

interação do aluno com a tecnologia, mudando a sua forma de aprender e a maneira de lidar com ela.

Compreendemos que a melhor utilização dos recursos tecnológicos passa pela formação docente. Para que a tecnologia possa estar presente nos planos de aula, os professores precisam estar bem formados quanto ao uso dos equipamentos, e mais do que isso, saibam utilizá-los intencionalmente com uma finalidade pedagógica bem definida.

Abaixo estão algumas orientações didáticas que podem tornar as aulas mais atrativas a partir do uso das tecnologias:

- Videoaulas para enriquecer os conteúdos trabalhados em sala de aula; Apresentações em formatos digitais: vídeos, slides e outros;
- Atividades de reforço, avaliação e simulados online;
- Pesquisas online sobre o conteúdo das aulas;
- Criação de Blog ou web site por parte dos professores para divulgar atividades relevantes em sala de aula e fomentar a troca de experiências;
- A criação de plataformas para disponibilização de calendário escolar, agenda de provas, conteúdo online, notas, fóruns, possibilidade de agendar e receber trabalhos;
- Celulares e tablets podem ser usados como ferramentas de pesquisas na internet.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 junho 2017.

LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MACEDO, Elizabeth (Org.). Currículo, práticas pedagógicas e identidades. Porto: Porto Editora, 2002.

SILVA, B. A inserção das tecnologias de informação e comunicação no currículo: repercussões e exigências na profissionalidade docente. In: MOREIRA, Antonio.

SOFFNER, R. Tecnologia e educação: um diálogo Freire – Papert. Tópicos Educacionais, Recife, v.1, 2013. Disponível em:
<http://www.revista.ufpe.br/topicoseducacionais/index.php/topicoseducacionais/article/view/25>

5.9 AUTONOMIA E PROTAGONISMO



1. Definição

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI (1998), a autonomia é a capacidade que a pessoa tem de se conduzir e tomar decisão por si própria, levando em conta regras, valores, bem como a do outro; e na Educação Infantil, mais que um objetivo a ser alcançado com as crianças em relação à aprendizagem e aplicação desses valores, a autonomia representa um princípio de ações educativas. Já o Dicionário Oxford de Filosofia traz a afirmação de que “A autonomia é a capacidade de autodeterminação. Um agente é autônomo quando suas ações são verdadeiramente suas” (Blackburn, 1997, p. 31). Segundo Piaget, a constituição do princípio de autonomia se desenvolve a partir da autoconsciência, inicialmente, a inteligência está calcada em atividades motoras e centradas no próprio indivíduo, em uma relação egocêntrica de si para si mesmo, em seguida na complexificação das ações o indivíduo através de uma maturação biológica, reconhece, a partir de regras morais, a existência do outro, da hierarquia e a autoridade. Portanto, “a autonomia é um poder que se conquista de dentro e que só se exerce no seio da cooperação” (Piaget apud Freitas, 2003 p. 92). A palavra “protagonismo” tem origem no latim: *protos* quer dizer principal e *agonistes* significa lutador, sob a ótica educacional, pode-se dizer que o conceito de protagonismo ressurge, principalmente nos referenciais educacionais italianos que nos direciona ao entendimento de protagonismo infantil a “criança competente e curiosa, sociável e forte, e ativamente ocupada na criação da experiência e na construção da identidade e do conhecimento” (Moss, 2009, p. 419). A criança é um **sujeito de direito**, capaz de aprender e de produzir conhecimentos e cultura, contudo depende que os adultos reconheçam suas linguagens, saberes e a expressão e que deem a elas espaços e tempos para esse desenvolvimento, possibilitando assim construções autorais.

2. Justificativa

Trabalhar a autonomia e o protagonismo com crianças pequenas é um dos pilares na construção de um ensino integral de qualidade. Os bebês e as crianças são dependentes dos pais para quase tudo, alimentação, higiene e até no brincar, no entanto, é fundamental que, com o passar do tempo, a autonomia infantil seja desenvolvida, pois ela representa uma condição imprescindível para a construção da personalidade da criança, permitindo que, futuramente, ela possa resolver conflitos de forma crítica e assertiva. Sendo assim, saber se vestir, se alimentar e guiar os próprios cuidados de higiene são exemplos de autonomia infantil, que, aos poucos, tornam a criança competente para atuar no mundo em que vive. Na visão de Jean Piaget a autonomia representa sair de seu isolamento que se dá quando a criança é capaz de interagir, falar expressar, ou seja, sair do seu isolamento para estabelecer relações cooperativas. A escola é um espaço de aprendizagem, que incentiva as descobertas, as pesquisas e experimentação, através de rodas de conversas e as intervenções dos professores. O protagonismo infantil está diretamente ligado à participação efetiva das crianças no seu desenvolvimento pessoal, pois envolve a solução de situações e problemas que emergem no cotidiano em que estão inseridas, sob supervisão e orientação dos adultos com quem convivem. Ou seja, o desenvolvimento do protagonismo propicia que os alunos sejam “proativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de promover mudanças” (Gadelha, 2013, p. 156).

3. Leitura de Contexto

Partindo dos princípios de autonomia e protagonismo, sob o prisma da responsabilidade, solidariedade e do respeito ao bem comum, notamos que as realidades dos alunos que chegam às nossas escolas fogem muito dessa regra, é perceptível que os pais possuem características superprotetoras e impedem com isso, espaços que oportunizem o desenvolvimento de seus filhos nos aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Há ainda os pais que se ausentam muito do acompanhamento dos filhos, devido à intensa rotina de trabalho, o que fortalece o estímulo à autonomia, contudo, sem nenhum direcionamento pedagógico, uma vez que ficam sob cuidados,

muitas vezes, de outras crianças. As famílias são muito carentes, os pais e/ou responsáveis enfrentam diversos problemas como desemprego, uso de drogas, exploração sexual, abandono e baixa escolaridade.

4. Propostas de Trabalho

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil priorizam os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais; assim como as práticas de educação e cuidados, que possibilitam a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível, além disso, nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular preconizam conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural. Contudo, para o aluno exercer plenamente todas elas, não bastam somente práticas em sala de aula, elas demandam ainda a incorporação de mudanças nos vários âmbitos da escola.

Para isso, elencamos uma série de ações e atividades que podem ser realizadas nas unidades escolares para viabilizar o desenvolvimento dos principais aspectos da autonomia e do protagonismo:

- Brincar de maneira que estimulem a memória, o raciocínio e o autocontrole;
- Ampliar as oportunidades de exercitar novas habilidades, com utilização de regras;
- Narrar às crianças as atividades desenvolvidas gera percepções do funcionamento da linguagem na explicação das ações;
- Conversar sobre sentimentos é importante para o desenvolvimento emocional da criança, estimulando a resiliência e gestão das emoções;
- Estimular a criatividade através de brincadeiras, contar histórias e encenação de um “papel”;

- Estimular atividades silenciosas e de foco;
- Cozinhar, com orientações de medida às crianças, desenvolve o esperar e compreender instruções complexas.
- Estimular a prática de esportes coletivos;
- Desenvolver a coordenação motora, através de danças e aulas de música;
- Identificar objetivo específico e estipular metas;
- Estimular a percepção de questões sociais, de temas como bullying, meio ambiente, pobreza e violência urbana, podem gerar ações concretas para enfrentar esses problemas.
- Instituir Grêmios Estudantis;
- Realizar parcerias com a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 junho 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEN nº 05/09. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

BLACKBURN, S. (1997) Dicionário Oxford de filosofia. Trad. D. Marcondes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FREITAS, L. (2003) A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado. São Paulo: Cortez.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. Revista Psicologia. São Paulo: USP, vol.20, no.3, p. 417 – 423, jul./set. 2009.

GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introduções e conexões a partir de Michel Foucault*. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

<https://educador.brasilescola.uol.com.br/gestao-educacional/repaginando-a-educacao-infantil.htm>

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43577511>, Acesso em: 10 outubro 2019.